



TCU quer fiscalizar uso do imposto sindical

Publicada em **19/08/2008** às 23h25m

O Globo Online

BRASÍLIA - O procurador-geral do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas da União (TCU), Marinus Marsico, prepara representação em que solicita ao tribunal que faça uma fiscalização profunda para avaliar se está havendo desvio de recursos com a [proliferação de sindicatos que estão de olho no imposto sindical, possibilidade aberta por novas brechas criadas a partir da assinatura de uma portaria pelo ministro do Trabalho, Carlos Lupi](#). Marsico demonstra preocupação com a possibilidade de criação de sindicatos de fachada interessados apenas em abocanhar parte do imposto, que só este ano já rendeu R\$ 1,3 bilhão. É o que mostra reportagem de **Maria Lima** na edição desta quarta em 'O Globo'.

Segundo Marsico, o TCU já está investigando um caso específico de prováveis sindicatos de fachada na área de fast food criados por membros de uma mesma família, com assembleias realizadas na casa do cabeça do grupo, Ataíde Francisco de Moraes.

Mesmo sem carteira assinada há mais de 19 anos como trabalhador na área, de acordo com a representação do Ministério Público, Ataíde Francisco de Moraes "fundou diversos sindicatos e apresenta rápido acréscimo patrimonial".

Marsico disse que o Ministério Público vê com grande preocupação a abertura de brechas, no Ministério do Trabalho, que possam eventualmente propiciar desvios do imposto. Sua proposta de fiscalizar cerca de 12 mil sindicatos, por amostragem, no período de janeiro a 31 de dezembro deste ano, foi motivada pela informação de que a pasta tem chancelado a criação de cerca de 22 novos sindicatos por mês, além de mudar as regras de arbitragem de conflitos.

- Em decorrência do veto do presidente Lula à fiscalização do TCU (na lei de legalização das centrais sindicais), apesar de o entendimento ser de que o tribunal deve, sim, fiscalizar recursos públicos, houve um grande estímulo à proliferação de novos sindicatos. Há uma grande preocupação sobre como esses recursos do imposto sindical estão sendo utilizados. Depois dessa auditoria profunda, poderemos avaliar também se está havendo gestão direcionada do ministério para beneficiar sindicatos e centrais sindicais com os quais a direção do ministério tem vínculos públicos e notórios - disse o procurador.

Lupi: norma dá transparência a processos

Lupi afirmou nesta terça-feira que a portaria 186, baixada por ele em abril, apenas formaliza situação que já existia na prática, a participação direta da pasta nas disputas sindicais, o que é vedado pela Constituição. O objetivo, justificou, foi dar maior transparência aos processos. Logo pela manhã, Lupi contestou a reportagem de segunda-feira de 'O GLOBO' sobre a criação de novos sindicatos - 22 em média, por mês -, afirmando que concedeu, nos 18 meses em que está à frente do ministério, apenas 63 certidões para novas entidades sindicais. Porém, no fim do dia, o ministério admitiu que, entre 6 de março de 2007 e 30 de abril deste ano, o total de registros foi de 326 - uma média de 23,3 sindicatos por mês, maior que o número citado pelo 'Globo' para um período mais amplo.

Lupi alegou que não considerara nos seus cálculos os processos que já estavam em andamento na Secretaria de Relações do Trabalho (SRT), quando ele assumiu o ministério. Ele disse que, dos 3.474 pedidos recebidos na sua gestão, 2.073 foram arquivados por motivos de conflitos de categoria e impugnação judicial. Outros 1.338, entretanto, continuam em análise. Desse total, 801 serão examinados de acordo com as novas regras.

CUT fará assembléia para criar nova entidade em substituição à Andes

Professores universitários descontentes com a atuação do sindicato nacional da categoria, a Associação Nacional dos Docentes de Ensino Superior (Andes), marcaram para 6 de setembro assembléia na sede da Central Única dos Trabalhadores (CUT). O objetivo é se apoderar de parte da base da Andes, vinculada a partidos de oposição ao governo. A entidade se desfilou da CUT em 2004 e hoje integra a Conlutas, dominada por PSTU e PSOL.

"O empenho sistemático do governo Lula, no sentido da cooptação e da domesticação dos movimentos sociais e dos sindicatos, visa garantir que os organismos construídos pela classe trabalhadora sejam imobilizados", diz nota da Andes. A realização da assembléia foi aprovada no VI Fórum de Professores das Instituições Federais de Ensino Superior (Proifes).
(colaboraram Geralda Doca e Ricardo Galhardo)